

LIÇÕES DE

DIREITO

PRO

CESSUAL

CIVIL

2022 • 4 EDIÇÃO

LIÇÕES DE
DIREITO
PRO
CESSUAL
CIVIL

CURSO COMPLETO

atualizado com a Lei n. 14.195/2021

CARLOSHENRIQUESOARES



**Belo Horizonte**

Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007
Tel.: 31 3261 2801

São Paulo

Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82, Bela Vista – São Paulo, SP – CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.

Copyright © 2020, Carlos Henrique Soares

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Editor
Tales Leon de Marco

Produtora Editorial
Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico
Nathalia Torres

Diagramação
Enzo Zaqueu Prates
Leticia Robini

Conselho Editorial

Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão
Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves
Professora da Universidade de Lisboa – Portugal

Doutor Georges Martyn
Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica

Doutora Agata Cecilia Amato Mangiameli
Professora da Universidade de Roma II – Itália

Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara
Professora Titular da USP – Brasil

Doutor Stelio Mangiameli
Professor da Universidade de Teramo – Itália

Doutor José Geraldo de Sousa Junior
Professor Titular da Universidade de Brasília – Brasil

Doutor Joaquim Portes de Cerqueira César
Doutor em Direito Constitucional pela PUCSP – Brasil

Doutor Thomas Law
Doutor em Direito Comercial pela PUCSP – Brasil

Doutor Marcelo Figueiredo
Professor da PUCSP – Brasil

Doutor João Grandino Rodas
Professor Titular da USP – Brasil

Catálogo na Publicação (CIP)

S676 Soares, Carlos Henrique
Lições de direito processual civil / Carlos Henrique Soares. - 4.
ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2022.
1338 p.

ISBN 978-65-5589-450-9

1. Direito. 2. Direito Processual Civil. I. Título.

CDDir: 341.46

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO
D'PLÁCIDO



Rodapé



Dedico o presente livro às minhas alunas e alunos, presentes e futuros, esperando que esta obra contribua para sua formação de qualidade.

Sumário

1. Direito e Processo	21	4.2. Teoria do processo como quase-contrato	64
1.1. Direito material e direito Processual.....	21	4.3. Teoria do processo como relação jurídica.....	64
1.2. Teoria geral do processo civil.....	22	4.4. Teoria do processo como situação jurídica.....	69
1.3. Estado democrático de Direito.....	23	4.5. Teoria do processo como instituição.....	72
2. Fontes do direito processual	27	4.6. Teoria do processo como procedimento em contraditório.....	73
2.1. Lei processual.....	27	4.7. Teoria do processo constitucional.....	76
2.2. Costumes, doutrina e jurisprudência.....	28	4.8. Teoria neoinstitucionalista do processo.....	79
2.3. Enunciado de súmula.....	28	5. Normas fundamentais do processo civil	81
2.4. Precedentes judiciais.....	31	5.1. Estado democrático de direito e processo	81
3. Técnicas de resolução de conflitos	35	5.2. Acesso à jurisdição	86
3.1. Autotutela	35	5.3. Inércia procedimental e jurisdicional.....	91
3.2. Autocomposição (conciliação).....	37	5.4. Métodos alternativos de resolução de conflitos	92
3.3. Heterocomposição (mediação).....	37	5.5. Duração razoável do processo.....	94
3.3.1. Conciliação e mediação na legislação processual brasileira.....	38	5.6. Primazia da decisão de mérito.....	101
3.4. Heterocomposição (Arbitragem)	45	5.7. Lealdade processual.....	102
3.4.1. Arbitragem na legislação processual brasileira	47	5.8. Contraditório	109
3.5. Jurisdição.....	58	5.9. Ampla defesa.....	112
3.6. Processo.....	62	5.10. Isonomia.....	115
4. Teorias do processo	63	5.11. Devido processo legal.....	116
4.1. Teoria do processo como contrato.....	63	5.12. Cooperação processual.....	118
		5.13. Fundamentações das decisões jurisdicionais	121

5.14. Ponderação nas decisões judiciais	124	10.8. Teoria da ação como procedimento.....	191
5.15. Publicidade.....	125	10.9. Direito constitucional ao direito-de-ação	192
5.16. Influência e vedação de decisão-surpresa	126	10.10. Elementos configurativos do procedimento (ação).....	194
5.17. Duplo grau de jurisdição	128	10.11. Elementos estruturais do procedimento (ação).....	195
5.18. Ordem cronológica de julgamento	132	10.11.1. Matéria de processo (pressupostos processuais)	195
5.19. Oralidade.....	133	10.11.2. Matéria de ação (condições da ação).....	199
5.20. Informalismo.....	133	10.12. Matéria de mérito.....	202
6. Decisão Justa.....	135	10.13. Convalidação e não convalidação das matérias de processo e de ação.....	203
6.1. Kelsen e a "decisão justa" - uma questão de validade	135	11. Jurisdição.....	205
6.2. Dworkin e a "decisão justa" uma questão de integridade	140	11.1. Juiz.....	205
6.3. Rawls e a "decisão justa" - uma questão de equidade	148	11.2. Normas constitucionais jurisdicionais	206
6.4. Habermas e "decisão justa" - uma questão de legitimidade	153	11.3. Requisitos para o exercício da atividade jurisdicional.....	209
6.5. Teoria processual da decisão jurídica - Rosemiro Pereira Leal.....	163	11.4. Garantias constitucionais para o exercício da jurisdição	212
7. Ativismo judicial.....	169	11.5. Atividades incompatíveis com a função jurisdicional	214
8. Garantismo processual.....	173	11.6. Deveres do juiz.....	215
9. Norma processual.....	179	11.7. Funções jurisdicionais.....	217
9.1. Conceito.....	179	11.8. Pronunciamentos jurisdicionais.....	221
9.2. Lei processual no tempo	180	11.9. Responsabilidade em razão da atividade jurisdicional	224
9.3. Lei processual no espaço.....	180	11.10. Atividade jurisdicional e crime de abuso de autoridade.....	225
9.4. Interpretação da lei processual	181	11.11. Impedimento e suspeição do juiz.....	233
10. Ação e direito-de-ação.....	183	12. Competência.....	243
10.1. Teoria imanentista ou civilista da ação.....	186	12.1. Conceito.....	243
10.2. Teoria da ação como direito autônomo.....	186	12.2. Limites da jurisdição brasileira.....	244
10.3. Teoria da ação como direito concreto	187	12.3. Cooperação nacional e internacional.....	247
10.4. Teoria da ação como direito abstrato	187	12.4. Competência interna	252
10.5. Teoria da ação como direito potestativo.....	188	12.5. Modificação da competência.....	267
10.6. Teoria do direito de ação de Fazzalari.....	189		
10.7. Teoria eclética da ação de Liebman.....	190		

12.6. Incompetência do juízo	270	13.6.5. Intérprete ou tradutor.....	385
12.7. Conflito de competência.....	272	13.6.6. Conciliadores e mediadores.....	385
13. Sujeitos processuais.....	277	14. Atos Processuais.....	391
13.1. Juiz.....	277	14.1. Informalismo dos atos processuais.....	392
13.2. Partes.....	279	14.2. Publicidade dos atos processuais	393
13.2.1. Conceito de partes.....	279	14.3. Uso obrigatório do vernáculo	395
13.2.2. Capacidade para ser parte.....	282	14.4. Convenções processuais.....	395
13.2.3. Representação e assistência da parte	282	14.5. Meios de expressão dos atos processuais.....	400
13.2.4. Legitimidade e interesse.....	287	14.6. Prática eletrônica dos atos processuais.....	400
13.2.5. Direitos e deveres das partes	288	14.7. Atos das partes.....	406
13.2.6. Responsabilidade processual e litigância de má-fé.....	294	14.8. Atos do juiz.....	407
13.2.7. Sucessão das partes.....	297	14.9. Atos dos auxiliares do juízo.....	408
13.2.8. Gratuidade de Justiça.....	299	14.10. Tempo e lugar dos atos processuais.....	410
13.2.9. Litisconsórcio.....	308	14.11. Prazos.....	413
13.3. Advogados.....	317	14.12. Comunicação dos atos processuais.....	425
13.3.1. Breves considerações.....	317	14.13. Nulidades processuais.....	429
13.3.2. Procuração.....	327	15. Processo de conhecimento.....	433
13.3.3. Capacidade postulatória.....	330	15.1. Procedimento comum e procedimentos especiais.....	433
13.3.4. Direitos e deveres do advogado.....	333	15.2. Escolha do procedimento.....	440
13.3.5. Sucessão dos procuradores.....	337	15.3. Formação, suspensão e resolução do procedimento.....	440
13.3.6. Defensoria Pública.....	339	15.3.1. Formação do procedimento.....	441
13.4. Ministério Público.....	345	15.3.2. Suspensão do procedimento.....	444
13.5. Terceiros e hipóteses de intervenção.....	356	15.3.3. Resolução do procedimento.....	454
13.5.1. Assistência.....	357	15.3.3.1. Extinção do procedimento com a resolução do mérito	455
13.5.2. Denúnciação da lide.....	363	15.3.3.2. Extinção do procedimento sem a resolução do mérito.....	458
13.5.3. Chamamento ao processo.....	367	15.4. Primazia da decisão de mérito.....	468
13.5.4. Desconsideração da personalidade jurídica.....	369	16. Fase postulatória.....	471
13.5.5. Amicus Curiae.....	377	16.1. Petição inicial.....	471
13.6. Auxiliares do juízo.....	381		
13.6.1. Escrivão ou chefe de secretária.....	381		
13.6.2. Oficial de justiça.....	382		
13.6.3. Perito.....	383		
13.6.4. Depositário e administrador.....	385		

16.1.1. Deferimento da petição inicial.....	480	16.5.2. Requerimento para limitação do litisconsórcio facultativo.....	538
16.1.2. Emenda da petição inicial.....	481	16.5.3. Contestação.....	539
16.1.3. Indeferimento da petição inicial.....	482	16.5.4. Reconvencção.....	557
16.1.4. Julgamento liminar de improcedência.....	483	16.5.5. Arguição de impedimento ou suspeição do juiz.....	561
16.2. Tutelas provisórias.....	486	16.6. Revelia.....	564
16.2.1. Conceito.....	486	16.7. Atividades judiciais após a manifestação do réu (providências preliminares).....	569
16.2.2. Espécies de tutelas provisórias.....	486	16.8. Julgamento conforme o estado do processo.....	572
16.2.3. Requisitos para a concessão das tutelas provisórias.....	487	17. Fase do saneamento e da organização do processo.....	577
16.2.4. Tutela provisória liminar.....	488	18. Fase probatória.....	587
16.2.5. Momentos para se requerer a tutela provisória de urgência.....	489	18.1. Conceito de prova.....	587
16.2.6. Poder geral de cautela.....	491	18.2. Valoração e valorização da prova.....	589
16.2.7. Características das tutelas provisórias.....	492	18.3. Evolução dos sistemas de provas.....	589
16.2.8. Cumprimento das tutelas provisórias.....	494	18.4. Verdade formal e verdade real.....	590
16.2.9. Fundamentação das decisões em tutelas provisórias.....	496	18.5. Verdade, prova e processo constitucional.....	593
16.2.10. Legitimidade para as tutelas provisórias.....	497	18.6. Meios de prova e objeto de prova.....	595
16.2.11. Competência.....	498	18.7. Regras processuais sobre a prova.....	596
16.2.12. Tutela provisória de urgência.....	498	18.8. Fases lógicas do procedimento da prova.....	600
16.2.12.1. Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	502	18.9. Prova emprestada.....	601
16.2.12.2. Procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	505	18.10. Ônus de prova.....	602
16.2.13. Tutela provisória da evidência.....	506	18.11. Fatos que independem de prova.....	604
16.2.13.1. Breves considerações.....	506	18.12. Interpretação dos elementos de prova.....	604
16.2.13.2. Tutela da evidência - conceito.....	507	18.13. Destinatário da prova.....	606
16.2.13.3. Características da tutela da evidência.....	509	18.14. Prova da existência de legislação.....	607
16.2.13.4. Hipóteses legais para deferimento da tutela da evidência.....	510	18.15. Produção de prova por carta precatória, rogatória ou auxílio direito.....	607
16.3. Citação e intimações.....	513	18.16. Dever de colaboração.....	608
16.4. Audiência de conciliação ou de mediação.....	528	18.17. Momento de produção de prova.....	609
16.5. Manifestações do réu.....	535	18.18. Produção antecipada de prova.....	609
16.5.1. Reconhecimento da procedência do pedido.....	538	18.19. Ata Notarial.....	616

18.20. Provas em espécie	617	21.2. Coisa julgada.....	729
18.20.1. Depoimento pessoal	618	21.3. Limites objetivos da coisa julgada.....	751
18.20.2. Confissão	621	21.4. Limites subjetivos da coisa julgada.....	751
18.20.3. Exibição de documento ou coisa	624	21.5. Efeito preclusivo da decisão	751
18.20.4. Prova documental	628	21.6. Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	752
18.20.5. Prova testemunhal.....	654	21.7. Não fazem coisa julgada.....	752
18.20.6. Prova pericial.....	672		
18.20.7. Inspeção judicial	683	22. Processo de conhecimento:	
19. Audiências.....	687	procedimentos especiais.....	755
19.1. Audiência de conciliação e mediação	688	22.1. Considerações gerais.....	755
19.2. Audiência de justificação.....	688	22.2. Ação e procedimento: distinções	756
19.3. Audiência de saneamento		22.3. Procedimentos especiais	
e organização do processo.....	689	contenciosos e voluntários.....	757
19.4. Audiência de instrução e julgamento	690	22.4. Procedimento comum	
		e procedimentos especiais	758
		22.5. Princípio da subsidiariedade	759
20. Fase decisória.....	699	22.6. Procedimentos	
20.1. Conceito de sentença.....	699	especiais contenciosos	759
20.2. Classificação das sentenças	703	22.6.1. Procedimento de	
20.3. Elementos essenciais da sentença.....	705	consignação em pagamento	760
20.4. Sentença terminativa	705	22.6.1.1. Conceito	760
20.5. Sentença definitiva	709	22.6.1.2. Cabimento	760
20.6. Primazia da sentença de mérito	711	22.6.1.3. Legitimidade	761
20.7. Fundamentação das decisões judiciais	712	22.6.1.4. Competência.....	762
20.8. Ponderação nas decisões judiciais	717	22.6.1.5. Procedimento extrajudicial	
20.9. Sentença líquida e ilíquida.....	718	de consignação em pagamento.....	762
20.10. Sentença e pedido.....	719	22.6.1.6. Procedimento judicial	
20.11. Sentença e publicidade.....	720	de consignação em pagamento.....	763
20.12. Sentença e hipoteca judiciária	720	22.6.1.7. Cumulação de pedidos	
20.13. Sentença e duplo grau		na consignação em pagamento	767
de jurisdição obrigatório	721	22.6.1.8. Particularidades	
20.14. Sentença cominatórias.....	722	do procedimento judicial	768
20.15. Sentença com emissão		22.6.2. Procedimento de exigir contas.....	770
de declaração de vontade.....	725	22.6.2.1. Conceito.....	770
		22.6.2.2. Legitimidade	771
		22.6.2.3. Competência.....	771
21. Preclusão e coisa julgada.....	727	22.6.2.4. Procedimento de exigir contas	771
21.1. Preclusão.....	727	22.6.3. Procedimento possessório	775

22.6.3.1. Conceito de posse e sua classificação.....	775	22.6.5.5. Competência	807
22.6.3.2. Aquisição da posse	778	22.6.5.6. Procedimento	808
22.6.3.3. Efeitos da posse	779	22.6.6. Inventário e partilha.....	810
22.6.3.4. Perda da posse	781	22.6.6.1. Conceito.....	810
22.6.3.5. Turbação e esbulho	782	22.6.6.2. Inventário e partilha.....	811
22.6.3.6. Fungibilidade da proteção possessória	782	22.6.6.3. Modalidades de inventário.....	811
22.6.3.7. Características do procedimento possessório	783	22.6.6.4. Inventário extrajudicial.....	812
22.6.3.8. Legitimidade	785	22.6.6.5. Prazo para abertura do inventário	814
22.6.3.9. Competência	786	22.6.6.6. Inventário Judicial (contencioso ou voluntário).....	814
22.6.3.10. Procedimento possessório (manutenção e reintegração de posse)	786	22.6.6.7. Competência.....	816
22.6.3.11. Interdito proibitório	790	22.6.6.8. Legitimidade para requerer o inventário.....	816
22.6.4. Procedimento de demarcação e divisão de terras particulares	791	22.6.6.9. Inventariante.....	817
22.6.4.1. Conceito	791	22.6.6.10. Primeiras declarações.....	818
22.6.4.2. Fases do procedimento demarcatório e divisório.....	793	22.6.6.11. Citações.....	820
22.6.4.3. Legitimidade.....	794	22.6.6.12. Impugnações.....	820
22.6.4.4. Competência	794	22.6.6.13. Avaliação e cálculo do imposto.....	821
22.6.4.5. Cumulação de pedido demarcatório com pedido divisório	795	22.6.6.14. Últimas declarações	822
22.6.4.6. Demarcação e divisão de terras extrajudicial	795	22.6.6.15. Colações.....	823
22.6.4.7. Procedimento judicial de demarcação de terras judicial	796	22.6.6.16. Renúncia ou exclusão da herança.....	824
22.6.4.8. Procedimento de divisão de terras judicial	800	22.6.6.17. Pagamento das dívidas.....	825
22.6.5. Procedimento de dissolução parcial de sociedade.....	803	22.6.6.18. Partilha	825
22.6.5.1. Considerações iniciais sobre as sociedades empresárias.....	803	22.6.6.19. Arrolamento.....	827
22.6.5.2. Dissolução da sociedade	805	22.6.6.20. Disposições comuns.....	829
22.6.5.3. Dissolução parcial de sociedade empresária.....	806	22.6.7. Procedimento de embargos de terceiro	830
22.6.5.4. Legitimidade ativa e passiva para a ação de dissolução parcial.....	807	22.6.7.1. Conceito.....	830
		22.6.7.2. Terceiro	831
		22.6.7.3. Legitimidade.....	832
		22.6.7.4. Competência.....	836
		22.6.7.5. Momento para o ajuizamento dos embargos de terceiros	837
		22.6.7.6. Procedimento dos embargos de terceiros	838
		22.6.8. Procedimento da oposição.....	842
		22.6.9. Procedimento da habilitação.....	846

22.6.10. Procedimento para resolução de questões de direito das famílias.....	848	22.6.14.4. Procedimento	872
22.6.10.1. Considerações iniciais.....	848	22.7. Procedimentos especiais voluntários	872
22.6.10.2. Conciliação e mediação.....	850	22.7.1. Procedimento de notificação, interpelação e protesto judicial.....	874
22.6.10.3. Competência.....	851	22.7.2. Procedimento de alienação judicial.....	876
22.6.10.4. Legitimidade.....	852	22.7.3. Procedimento de divórcio, separação consensual, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens e matrimônio.....	877
22.6.10.5. Formas de resolução de conflitos	852	22.7.4. Procedimento de abertura de testamentos e codicilos.....	882
22.6.10.6. Procedimento extrajudicial.....	853	22.7.5. Procedimento da herança jacente.....	883
22.6.10.7. Procedimento judicial consensual	854	22.7.6. Procedimento para arrecadação de bens dos ausentes.....	886
22.6.10.8. Procedimento judicial litigioso	855	22.7.7. Procedimento de arrecadação de coisas vagas.....	890
22.6.11. Procedimento monitório.....	858	22.7.8. Procedimento de interdição.....	890
22.6.11.1. Conceito.....	858	22.7.8.1. Procedimento de tomada decisão apoiada.....	896
22.6.11.2. Requisitos para instauração do procedimento monitório	858	22.7.8.2. Disposições comuns à tutela e à curatela.....	898
22.6.11.3. Cheque e nota promissória prescritas	859	22.7.9. Procedimento de organização e fiscalização de fundações.....	899
22.6.11.4. Legitimidade	859	22.7.10. Procedimento de ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo.....	900
22.6.11.5. Competência	860	23. Recursos cíveis.....	903
22.6.11.6. Procedimento.....	860	23.1. Meios de impugnação das decisões judiciais: recursos e ações autônomas.....	903
22.6.11.7. Procedimento monitório contra a fazenda pública	864	23.2. Fundamentos para o direito de recorrer.....	903
22.6.12. Procedimento para homologação do penhor legal.....	864	23.3. Conceito de recurso.....	904
22.6.12.1. Conceito.....	864	23.4. Sucedâneos recursais.....	905
22.6.12.2. Legitimidade	866	23.5. Pronunciamentos jurisdicionais recorríveis.....	906
22.6.12.3. Competência	866	23.6. Normas diretivas para interposição dos recursos	906
22.6.12.4. Procedimento judicial.....	866	23.6.1. Duplo grau de jurisdição.....	907
22.6.13. Procedimento para regulação da avaria grossa.....	867		
22.6.13.1. Conceito de avaria grossa.....	867		
22.6.13.2. Competência	869		
22.6.13.3. Legitimidade.....	869		
22.6.13.4. Procedimento	869		
22.6.14. Procedimento para restauração de autos.....	871		
22.6.14.1. Conceito.....	871		
22.6.14.2. Legitimidade	871		
22.6.14.3. Competência	871		

23.6.1.1. Duplo grau de jurisdição obrigatório ou reexame necessário.....	909	23.13.1.6. Requisitos da petição de interposição da apelação.....	942
23.6.2. Taxatividade.....	913	23.13.1.7. Resposta ao recurso.....	943
23.6.3. Unirrecorribilidade das decisões.....	913	23.13.1.8. Efeitos do recurso.....	944
23.6.4. Fungibilidade recursal.....	914	23.13.1.9. Técnica da "causa madura" e efeito translativo.....	947
23.6.5. Dialeticidade.....	915	23.13.1.10. Juízo de retratação no recurso de apelação.....	949
23.6.6. Voluntariedade.....	915	23.13.1.11. Procedimento e julgamento da apelação.....	949
23.6.7. Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias.....	916	23.13.1.12. Técnica do julgamento estendido no recurso de apelação.....	954
23.6.8. Vedação da reformatio in pejus.....	916	23.13.2. Agravo de instrumento.....	955
23.6.9. Consumação.....	918	23.13.2.1. Conceito e cabimento.....	955
23.7. Classificação dos recursos.....	918	23.13.2.2. Decisões em tutela provisória.....	955
23.8. Efeitos dos recursos.....	920	23.13.2.3. Decisões que versam sobre o mérito do processo.....	956
23.9. Pressupostos de admissibilidade recursal.....	922	23.13.2.4. Decisões que versam sobre a rejeição da alegação de convenção de arbitragem.....	957
23.9.1. Cabimento.....	922	23.13.2.5. Decisões que versarem sobre o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	958
23.9.2. Legitimidade para recorrer.....	923	23.13.2.6. Decisões que versarem sobre a rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação.....	959
23.9.3. Interesse recursal.....	924	23.13.2.7. Decisões que versarem sobre exibição ou posse de documento ou coisa.....	960
23.9.4. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer.....	925	23.13.2.8. Decisões que versarem sobre exclusão do litisconsorte.....	961
23.9.5. Singularidade.....	926	23.13.2.9. Decisões que versarem sobre a rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio.....	962
23.9.6. Tempestividade.....	926	23.13.2.10. Decisões que versarem sobre admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros.....	962
23.9.7. Preparo.....	928	23.13.2.11. Decisões que versarem sobre a concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução.....	963
23.9.8. Regularidade formal.....	930	23.13.2.12. Decisões que versarem sobre a redistribuição do ônus da prova.....	964
23.9.9. Motivação do recurso.....	930		
23.10. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	932		
23.11. Juízo de interposição e juízo de julgamento.....	934		
23.12. Recurso autônomo e recurso adesivo.....	936		
23.13. Recursos em espécie.....	937		
23.13.1. Apelação.....	937		
23.13.1.1. Conceito.....	937		
23.13.1.2. Cabimento.....	938		
23.13.1.3. Tempestividade.....	939		
23.13.1.4. Preparo.....	939		
23.13.1.5. Juízo de interposição e juízo de julgamento.....	941		

23.13.2.13. Decisões proferidas em liquidação de sentença.....	966	23.13.4.8. Efeito devolutivo, interruptivo, suspensivo e integrativo	992
23.13.2.14. Decisões proferidas em cumprimento de sentença e processo de execução.....	967	23.13.4.9. Embargos de declaração em concorrência com um outro recurso	993
23.13.2.15. Decisões proferidas em processo de inventário.....	967	23.13.4.10. Embargos de declaração protelatórios	994
23.13.2.16. Rol taxativo ou enumerativo do art. 1.015 do CPC (tese da taxatividade mitigada).....	968	23.13.4.11. Embargos de declaração contra a decisão em embargos de declaração	995
23.13.2.17. Prazo.....	972	23.13.5. Recurso Ordinário.....	995
23.13.2.18. Juízo de interposição.....	972	23.13.5.1. Conceito.....	995
23.13.2.19. Petição de interposição	972	23.13.5.2. Cabimento	996
23.13.2.20. Formação do instrumento	973	23.13.5.3. Decisões denegatórias	997
23.13.2.21. Comunicação ao juízo de primeiro grau	974	23.13.5.4. Requisitos de admissibilidade	998
23.13.2.22. Efeitos do recurso	975	23.13.5.5. Preparo.....	999
23.13.2.23. Tutela provisória recursal.....	975	23.13.5.6. Procedimento do recurso ordinário para o STF.....	999
23.13.2.24. Procedimento do agravo de instrumento	976	23.13.5.7. Procedimento do recurso ordinário para o STJ.....	1000
23.13.2.25. Técnica do julgamento ampliado no recurso de agravo de instrumento	980	23.13.6. Recurso Especial.....	1001
23.13.3. Agravo interno.....	981	23.13.6.1. Conceito.....	1001
23.13.3.1. Conceito	981	23.13.6.2. Função do recurso especial.....	1002
23.13.3.2. Cabimento	981	23.13.6.3. Cabimento	1002
23.13.3.3. Procedimento	982	23.13.6.4. Tempestividade.....	1005
23.13.3.4. Efeitos do agravo interno	984	23.13.6.5. Preparo	1005
23.13.3.5. Sustentação oral em agravo interno.....	984	23.13.6.6. Efeitos do recurso especial	1006
23.13.3.6. Fungibilidade recursal.....	984	23.13.6.7. Fungibilidade entre o recurso especial e o recurso extraordinário.....	1007
23.13.4. Embargos de declaração.....	985	23.13.6.8. Recurso extraordinário contra decisão do STJ em recurso especial.....	1007
23.13.4.1. Origem dos embargos de declaração	985	23.13.6.9. Recurso especial e recurso extraordinário adesivo	1008
23.13.4.2. Conceito e Cabimento	986	23.13.6.10. Procedimento do recurso especial	1008
23.13.4.3. Prazo e preparo	987	23.13.7. Recurso Extraordinário	1014
23.13.4.4. Razões e contrarrazões recursais	988	23.13.7.1. Conceito.....	1014
23.13.4.5. Procedimento dos embargos de declaração em primeiro grau de jurisdição.....	988	23.13.7.2. Função do recurso extraordinário	1015
23.13.4.6. Procedimento dos embargos de declaração em segundo grau de jurisdição.....	989	23.13.7.3. Cabimento	1016
23.13.4.7. Embargos de declaração e prequestionamento	991	23.13.7.4. Tempestividade	1016
		23.13.7.5. Preparo	1016

23.13.76. Pressupostos para interposição do recurso extraordinário.....	1017	24.2.4. Procedimento	1056
23.13.77. Repercussão Geral	1017	24.3. Conflito de competência.....	1058
23.13.78. Efeitos do recurso extraordinário.....	1022	24.3.1. Conceito.....	1058
23.13.79. Prequestionamento para interposição do recurso extraordinário	1022	24.3.2. Conflito de competência.....	1059
23.13.710. Reclamação constitucional e recurso extraordinário	1023	24.3.3. Legitimidade	1060
23.13.711. Procedimento do recurso extraordinário	1023	24.3.4. Competência para decidir sobre o conflito de competência	1060
23.13.8. Recursos especiais e extraordinários repetitivos	1028	24.3.5. Procedimento	1061
23.13.9. Agravo em Recurso Especial e Recurso Extraordinário.....	1033	24.4. Homologação de decisão estrangeira e da concessão do exequatur à carta rogatória.....	1063
23.13.9.1. Conceito e cabimento.....	1033	24.4.1. Introdução.....	1063
23.13.9.2. Procedimento	1033	24.4.2. Competência.....	1063
23.13.10. Embargos de divergência.....	1034	24.4.3. Legitimidade.....	1063
23.13.10.1. Cabimento.....	1034	24.4.4. Procedimento.....	1064
23.13.10.2. Efeitos dos embargos de divergência.....	1035	24.4.5. Cumprimento da sentença estrangeira.....	1066
23.13.10.3. Preparo.....	1035	24.5. Ação rescisória.....	1067
23.13.10.4. Procedimento	1035	24.5.1. Introdução.....	1067
23.13.11. Ordem dos procedimentos nos tribunais.....	1036	24.5.2. Hipóteses de cabimento	1067
24. Procedimentos especiais nos tribunais.....	1045	24.5.3. Rol taxativo	1073
24.1. Incidente de assunção de competência.....	1046	24.5.4. Rescindibilidade de sentença terminativas.....	1073
24.1.1. Conceito	1046	24.5.5. Rescindibilidade de capítulos da sentença de mérito.....	1073
24.1.2. Pressupostos para a admissibilidade do I.A.C.....	1047	24.5.6. Impossibilidade de rescisão das sentença em procedimentos voluntários.....	1073
24.1.3. Procedimento.....	1048	24.5.7. Descabimento da ação rescisória em obrigações de trato contínuo.....	1074
24.2. Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	1054	24.5.8. Legitimidade.....	1074
24.2.1. Conceito.....	1054	24.5.9. Intervenção do ministério público.....	1075
24.2.2. Legitimidade	1055	24.5.10. Prazo.....	1075
24.2.3. Juízo de admissibilidade do incidente.....	1055	24.5.11. Competência.....	1076
		24.5.12. Procedimento.....	1076
		24.5.13. Recursos na ação rescisória.....	1079
		24.6. Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	1079
		24.6.1. Introdução.....	1079
		24.6.2. Cabimento	1082

24.6.3. Legitimidade.....	1083	25.2. Evolução histórica do cumprimento da obrigação	1103
24.6.4. Competência para instaurar e julgar o IRDR.....	1084	25.3. Sincretismo entre cognição e cumprimento da obrigação no código de processo civil	1106
24.6.5. Requerimento para instauração do IRDR.....	1084	25.4. Considerações sobre o cumprimento de sentença.....	1109
24.6.6. Admissibilidade do IRDR.....	1085	25.5. Cumprimento de sentença e processo de execução	1109
24.6.7. Ampla publicidade e divulgação.....	1086	25.6. Regras processuais executivas (princípios executivos).....	1111
24.6.8. Prazo para julgamento.....	1086	25.6.1. Regras processuais constitucionais executivas.....	1111
24.6.9. Funções do relator no IRDR.....	1087	25.6.1.1. Contraditório.....	1111
24.6.10. Direito de distinção.....	1088	25.6.1.2. Ampla defesa.....	1113
24.6.11. Manifestação das partes e demais interessados.....	1088	25.6.1.3. Isonomia.....	1114
24.6.12. Julgamento do IRDR.....	1089	25.6.1.4. Devido processo legal	1114
24.6.13. Revisão da tese jurídica.....	1092	25.6.1.5. Reserva legal	1116
24.6.14. Recursos no IRDR.....	1093	25.6.1.6. Publicidade	1117
24.6.15. Descumprimento da decisão no IRDR e Reclamação.....	1093	25.6.1.7. Fundamentação das decisões	1117
24.7. Reclamação constitucional.....	1094	25.6.1.8. Duração razoável do processo.....	1118
24.7.1. Introdução.....	1094	25.6.1.9. Celeridade processual.....	1118
24.7.2. Cabimento	1095	25.6.1.10. Dignidade da pessoa humana.....	1118
24.7.3. Competência	1097	25.6.2. Regras processuais infraconstitucionais executivas	1121
24.7.4. Prazo	1097	25.6.2.1. Patrimonialidade	1121
24.7.5. Legitimidade	1098	25.6.2.2. Subsidiariedade	1122
24.7.6. Instauração da reclamação	1098	25.6.2.3. Tipicidade e atipicidade dos atos e meios executivos	1123
24.7.7. Preparo	1098	25.6.2.4. Lealdade processual e boa-fé processual.....	1124
24.7.8. Distribuição	1098	25.6.2.5. Disponibilidade do cumprimento de sentença e do processo de execução.....	1125
24.7.9. Funções do relator	1098	25.6.2.6. Reparação integral do dano.....	1126
24.7.10. Participação do ministério público.....	1099	25.6.2.7. Utilidade da execução.....	1127
24.7.11. Participação de interessados	1099	25.6.2.8. Menor onerosidade para o devedor	1127
24.7.12. Julgamento	1099	25.6.2.9. Nulla executio sine titulo	1128
24.7.13. Honorários advocatícios	1099	25.6.2.10. Conciliação e mediação.....	1128
24.7.14. Reclamação contra decisão do juizado especial cível	1100	25.6.2.11. Cooperação processual.....	1129
25. Cumprimento de sentença e procedimento executivo	1101		
25.1. Teoria geral da executividade	1101		

25.7. Formas de cumprimento da obrigação.....	1129	25.26.3.1. Conceito	1198
25.8. Meios executivos diretos ou indiretos	1130	25.26.3.2. Prazo para apresentação da impugnação	1198
25.9. Objetivo do cumprimento de sentença/ decisão e processo de execução.....	1131	25.26.3.3. Matérias que podem ser apresentadas em impugnação	1199
25.10. Pressupostos para exigir o cumprimento da obrigação.....	1132	25.26.3.4. Matérias que podem ser apresentadas em impugnação	1202
25.11. Título executivo.....	1134	25.26.3.5. Litisconsortes, procuradores diversos e prazo em dobro para impugnação.....	1203
25.12. Funções do título executivo.....	1135	25.26.3.6. Efeito suspensivo na impugnação	1203
25.13. Títulos executivos judiciais.....	1136	25.26.3.7. Questões supervenientes à impugnação	1204
25.14. Títulos executivos extrajudiciais.....	1141	25.26.4. Protesto do título executivo judicial.....	1204
25.15. Certeza, liquidez e exigibilidade.....	1145	25.26.5. Exceção processual ou defesa informal do executado.....	1205
25.16. Inadimplemento.....	1146	25.26.6. Tutela provisória e cumprimento de sentença	1206
25.17. Atos executivos	1146	25.27. Cumprimento de sentença de obrigação de prestar alimentos.....	1206
25.18. Relação executiva	1148	25.27.1. Conceito.....	1206
25.19. Cumulação de pedidos executivos	1149	25.27.2. Alimentos urgentes e não urgentes	1207
25.20. Competência para instaurar cumprimento de sentença e processo de execução.....	1150	25.27.3. Cumprimento de sentença de obrigação de pagar alimentos	1208
25.21. Legitimidade para instaurar processo de execução e cumprimento de sentença.....	1153	25.27.4. Cumprimento de sentença de alimentos urgentes (prisão civil)	1208
25.22. Responsabilidade patrimonial	1155	25.27.4.1. Requerimento para instaurar cumprimento de sentença de alimentos urgentes	1209
25.22.1. Responsabilidade patrimonial e direito de superfície	1162	25.27.4.2. Justificativa	1210
25.22.2. Responsabilidade patrimonial e direito de retenção	1162	25.27.4.3. Parcelas que autorizam a prisão civil	1211
25.22.3. Responsabilidade patrimonial e espólio do falecido	1163	25.27.4.4. Recuso contra prisão civil	1211
25.23. Fraude à execução.....	1163	25.27.4.5. Prisão civil e reiteração	1212
25.24. Liquidação de sentença.....	1169	25.27.5. Cumprimento de sentença de alimentos não-urgentes (penhora).....	1213
25.25. Cumprimento definitivo e provisório da sentença	1176	25.27.6. Execução de alimentos com desconto em folha de pagamento	1214
25.26. Cumprimento de sentença definitivo.....	1178	25.27.7. Abandono material e apuração	1214
25.26.1. Cumprimento definitivo da sentença de obrigação de pagar quantia certa.....	1178	25.27.8. Cumprimento da sentença por indenização decorrente de ilícito.....	1215
25.26.2. Cumprimento por iniciativa do devedor (consignação em pagamento).....	1196		
25.26.3. Impugnação (defesa do devedor)	1198		

25.28. Cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia certa contra a fazenda pública.....	1215
25.28.1. Conceito.....	1215
25.28.2. Impenhorabilidade dos bens públicos	1216
25.28.3. Procedimento	1216
25.28.4. Impugnação	1217
25.28.5. Precatório.....	1219
25.29. Cumprimento de sentença de obrigação de fazer ou de não fazer	1224
25.29.1. Conceito.....	1224
25.29.2. Tutela específica	1225
25.29.3. Procedimento.....	1226
25.29.4. Litigância de má-fé	1229
25.29.5. Defesa.....	1229
25.30. Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....	1230
25.30.1. Conceito.....	1230
25.30.2. Tutela específica	1231
25.30.3. Procedimento para entrega de coisa certa.....	1231
25.30.4. Procedimento de entrega de coisa incerta.....	1234
25.30.5. Retenção por benfeitorias.....	1234
25.30.6. Defesa.....	1235
25.30.7. Litigância de má-fé	1236
25.31. Procedimentos executivos.....	1236
25.31.1. Regras dos procedimentos executivos.....	1237
25.32. Procedimento executivo para obrigação de entrega de coisa	1238
25.32.1. Conceito.....	1238
25.32.2. Procedimento (coisa certa).....	1239
25.32.3. Procedimento (coisa incerta).....	1241
25.32.4. Benfeitorias indenizáveis	1242
25.32.5. Embargos à execução	1242
25.33. Procedimento executivo de obrigações de fazer ou não fazer.....	1243
25.33.1. Conceito.....	1243
25.33.2. Procedimento (obrigação de fazer).....	1244
25.33.3. Procedimento (obrigação de não fazer).....	1246
25.34. Procedimento executivo de pagar quantia certa	1246
25.34.1. Conceito.....	1246
25.34.2. Fase postulatória	1247
25.34.3. Fase de apreensão de bens	1250
25.34.3.1. Bens penhoráveis e impenhoráveis	1251
25.34.3.2. Ordem de preferência dos bens penhoráveis	1253
25.34.3.3. Objetivo da penhora	1253
25.34.3.4. Efeitos da penhora	1254
25.34.3.5. Depositário	1254
25.34.3.6. Intimação da penhora	1257
25.34.3.7. Local da penhora	1259
25.34.3.8. Substituição da penhora	1260
25.34.3.9. Redução ou reforço da penhora ou transferência para outros bens.....	1262
25.34.3.10. Segunda penhora	1262
25.34.3.11. Alienação antecipada dos bens penhorados	1262
25.34.3.12. Modalidades de penhora	1263
25.34.4. Fase de avaliação de bens.....	1269
25.34.5. Fase de expropriação de bens	1270
25.34.6. Fase do pagamento	1277
25.35. Procedimento executivo de obrigação de pagar contra a fazenda pública	1279
25.35.1. Conceito.....	1279
25.35.2. Impenhorabilidade de bens.....	1280
25.35.3. Procedimento	1280
25.35.4. Embargos à execução	1281
25.35.5. Precatório	1282
25.35.6. Requisição de pequeno valor	1282

25.36. Procedimento executivo de pagar alimentos.....	1283	25.37.2. Defesas indiretas do devedor.....	1292
25.36.1. Conceito.....	1283	25.37.3. Procedimento dos embargos à execução	1294
25.36.2. Procedimento (prisão civil).....	1285	25.37.4. Benefício para parcelamento do débito exequendo	1299
25.36.3. Justificativa.....	1287	25.38. Suspensão cumprimento de sentença e do procedimento executivo	1300
25.36.4. Prisão civil	1287	25.38.1. Prescrição intercorrente.....	1311
25.36.5. Procedimento (penhora de bens).....	1288	25.39. Extinção do cumprimento de sentença e do procedimento executivo	1313
25.36.6. Alimentos vincendos	1290	25.40. Recursos no procedimento executivo e no cumprimento de sentença.....	1315
25.36.7. Cancelamento do pagamento dos alimentos.....	1291	Referências.....	1317
25.37. Embargos à execução (defesa do devedor)	1291		
25.37.1. Conceito.....	1291		